

de assegurar o exercício das mesmas funções, ao abrigo do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2005, de 3 de Agosto, é nomeado, em regime de substituição no referido cargo, o vice-presidente do IVV, licenciado em Gestão de Empresas Afonso Duarte Ribeiro Correia.

A presente nomeação, fundamentada na reconhecida aptidão do visado, tem ainda como suporte o respectivo currículo.

O presente despacho produz efeitos a partir do dia 22 de Fevereiro de 2006.

28 de Fevereiro de 2006. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*.

Currículo

1 — Dados pessoais:

Nome — Afonso Duarte Ribeiro Correia.
Data de nascimento — 19 de Novembro de 1951.
Naturalidade — Lagos.

2 — Habilitações académicas:

Licenciatura em Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Economia.

3 — Actividade profissional:

Dezembro de 1975 — admitido no IGEF (Instituto de Gestão e Estruturação Fundiária) desempenhando funções técnicas no âmbito dos fundos autónomos de investimento;
Ingresso, em 1978, no quadro de pessoal da Direcção-Geral de Concorrência e Preços, concebendo e preparando estudos técnicos de suporte no âmbito da política de preços do sector agro-alimentar;
Novembro de 1983 — nomeado assessor do Secretário de Estado do Comércio Interno;
Outubro de 1984 — nomeado assessor do Secretário de Estado do Comércio e Indústrias Agrícolas;
Julho de 1985 — nomeado assessor do Secretário de Estado da Alimentação;
Maio de 1987 — regresso à Direcção-Geral de Concorrência e Preços para coordenar a Divisão de Produtos Vegetais;
Abril de 1989 — nomeado adjunto do Secretário de Estado da Alimentação;
Abril de 1990 — nomeado adjunto do Secretário de Estado dos Mercados Agrícolas e Qualidade Alimentar;
Entre Fevereiro de 1984 e finais de 1989 — desempenhou, simultaneamente, funções na comissão liquidatária da GELMAR e da FRIGARVE;
Janeiro de 1992 — nomeado vogal do conselho directivo do Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola (INGA), cargo que exerceu até Março de 1996;
Abril de 1996 — regresso ao Instituto da Vinha e do Vinho (IVV), para cujo quadro de pessoal havia sido transferido em 1990;
Setembro de 1996 — nomeado coordenador da Direcção de Serviços dos Assuntos Comunitários do IVV;
Maio de 1997 — nomeado director de serviços de Mercados Viti-vinícolas, do IVV;
Novembro de 1998 — nomeado vice-presidente do IVV;
De Abril até Julho de 2002 — director de serviços do IVV;
Julho de 2002 — nomeado vice-presidente do IVV.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 6717/2006 (2.ª série). — Nos termos do disposto nas alíneas a) a c) e no § 1.º do artigo 53.º do Estatuto do Cofre de Previdência da PSP, aprovado pela Portaria n.º 18 836, de 24 de Novembro de 1961, é nomeada a direcção do Cofre de Previdência

da Polícia de Segurança Pública, que desde 9 de Abril de 2005 tem a seguinte constituição:

Presidente — Director nacional Orlando Soares Romano.
Vice-presidente — Superintendente Leopoldo Lopes de Almeida Amaral.
Vogais:

Comissário Domingos da Cruz Antunes Pires.
Subcomissária Ana Paula dos Santos Calado Figueiredo Machado.
Chefe José Manuel Pires Coxo.

29 de Agosto de 2005. — O Ministro de Estado e da Administração Interna, *António Luís Santos Costa*.

Despacho n.º 6718/2006 (2.ª série). — Nos termos da alínea b) do artigo 17.º, conjugado com o artigo 27.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Julho, tido em conta o artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 42 794, de 31 de Dezembro de 1959, e o n.º 2.º da Portaria n.º 18 836, de 24 de Novembro de 1961, delego no presidente, no vice-presidente e nos vogais da direcção do Cofre de Previdência da Polícia de Segurança Pública, respectivamente o director nacional, Orlando Soares Romano, o superintendente Leopoldo Lopes de Almeida Amaral, o comissário Domingos da Cruz Antunes Pires, a subcomissária Ana Paula dos Santos Calado Figueiredo Machado e o chefe José Manuel Pires Coxo, a competência para a celebração de contratos de empreitadas de obras públicas e de aquisição ou locação, sob qualquer regime, de bens e serviços até ao montante de € 300 000 e a efectivação das respectivas despesas.

Ratifico todos os actos praticados até à data de publicação do presente despacho no âmbito da presente delegação.

29 de Agosto de 2005. — O Ministro de Estado e da Administração Interna, *António Luís Santos Costa*.

Despacho n.º 6719/2006 (2.ª série). — Nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 1, alínea e), 4 e 5 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 227/95, de 11 de Setembro, na redacção introduzida pelo Decreto-Lei n.º 154/96, de 31 de Agosto, e por proposta do inspector-geral da Administração Interna, nomeio, em comissão de serviço, o licenciado Hugo Alexandre de Jesus Palma, comissário da PSP, inspector principal do quadro de pessoal da Inspeção-Geral da Administração Interna.

13 de Março de 2006. — O Ministro de Estado e da Administração Interna, *António Luís Santos Costa*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários

Despacho (extracto) n.º 6720/2006 (2.ª série). — Por despacho de 17 de Fevereiro de 2006 do director-geral dos Assuntos Comunitários e de 23 de Fevereiro de 2006 do Secretário-Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações:

Luciana da Conceição Galveias Barreto Gomes, assistente administrativa principal do quadro de pessoal da secretaria-geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações — transferida para idêntica categoria do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários, com efeitos a partir de 1 de Março de 2006.

8 de Março de 2006. — O Chefe de Repartição, *Carlos Paulo*.

Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento

Mapa n.º 8/2006. — Mapa a que se refere o n.º 1 do artigo 1.º, conjugado com o n.º 1 do artigo 3.º, da Lei n.º 26/94, de 19 de Agosto — lista das transferências correntes e de capital concedidos pelo IPAD no 2.º semestre de 2005:

Beneficiários	Projecto	Montante — Euros	Data da decisão	Entidade decisora
ACNUR — Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados.	Projecto JPO «Junior professional officer portugueses». Junto do ACNUR.	3 697	10-12-2004	SENEC.